



Ministério da Fazenda – MF
Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF
Divisão de Programação e Logística
Seção de Obras e Serviços de Engenharia

PROJETO BÁSICO Nº 20/2022

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – 09ª RF
e-processo nº 10.980.729.276/2022-54

SERVIÇO DE REPAROS E ADAPTAÇÕES NAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DO DEPÓSITO DE MERCADORIAS APREENDIDAS DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PONTA GROSSA/Pr

CONTEÚDO:

- ITEM 1 – APRESENTAÇÃO
- ITEM 2 – ESPECIFICAÇÕES DE APLICAÇÃO GERAL
- ITEM 3 – PROCEDIMENTOS DE EXECUÇÃO CONTRATUAL
- ITEM 4 – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS

- APÊNDICE A – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
- APÊNDICE B – CPU
- APÊNDICE C – CURVA ABC DE SERVIÇOS
- APÊNDICE D – BDI
- APÊNDICE E – CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

Curitiba, 24 de junho de 2022.

AUTOR:

José Waldiney dos Santos
Analista Tributários da Receita
Federal do Brasil – ATRFB
SAENG/DIPOL /SRRF 9ªRF

Fagner Martins dos Santos
Engenheiro Eletricista
SAENG/DIPOL /SRRF 9ªRF

APROVO:

GUSTAVO LUIS HORN
AFRFB - Chefe da DIPOL
SRRF 9ªRF/DIPOL



Ministério da Fazenda – MF
 Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF
 Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF
 Divisão de Programação e Logística
 Seção de Obras e Serviços de Engenharia

ÍNDICE GERAL

Sumário

1	APRESENTAÇÃO	4
1.1	OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO	4
1.2	JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO	4
1.3	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA.....	5
1.4	OBJETO	5
1.4.1	RELAÇÃO DOS SERVIÇOS A EXECUTAR	5
1.5	REGIME DE EXECUÇÃO.....	6
1.6	CARACTERIZAÇÃO DO SERVIÇO	6
1.7	TIPO DE LICITAÇÃO	6
2	ESPECIFICAÇÕES DE APLICAÇÃO GERAL.....	6
2.1	CONCEITUAÇÃO BÁSICA.....	6
2.2	ABREVIATURAS E SIGLAS	8
2.3	COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO	9
2.4	DIREITOS PATRIMONIAIS	9
2.5	DESPESAS	9
2.6	VISTORIA PRÉVIA/DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO.....	9
	MODELO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DAS CONDIÇÕES LOCAIS	11
2.7	CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE	11
2.7.1	HABILITAÇÃO – CONDIÇÕES PARA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	11
2.7.2	PROPOSTA DE PREÇOS E SEUS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE	15
2.8	CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO	15
3	PROCEDIMENTOS DE EXECUÇÃO CONTRATUAL.....	16
3.1	NORMAS DE EXECUÇÃO	16
3.2	OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA.....	16
3.3	OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE.....	18
3.4	PRAZOS	19
3.4.1	PRAZO DE EXECUÇÃO	19
3.4.2	PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL	19
3.5	RESPONSABILIDADE TÉCNICA	19
3.6	GARANTIA DA EXECUÇÃO CONTRATUAL	19
3.7	SUBCONTRATAÇÃO	20

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 09ª RF

Rua Marechal Deodoro, nº 555 – 10º Andar

CEP 80020-911, Centro, Curitiba-PR

Documento de 48 páginas (6) assinado digitalmente. Pode ser consultado no endereço <https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx> pelo código de localização EP20.1022.10525.AN.XM. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

Original



Ministério da Fazenda – MF
 Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF
 Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF
 Divisão de Programação e Logística
 Seção de Obras e Serviços de Engenharia

3.8	SUBSTITUIÇÃO	20
3.9	ACRÉSCIMOS DE DESPESAS	21
3.10	REAJUSTE.....	21
3.11	MEDIÇÕES, FATURAS E PAGAMENTOS.....	21
3.12	DIÁRIO DE OBRAS	22
3.13	FISCALIZAÇÃO	23
3.13.1	FORMALIZAÇÕES	24
3.13.2	REUNIÕES.....	24
3.14	RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS	24
3.15	SANÇÕES E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS DA EXECUÇÃO CONTRATUAL	25
4	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS.....	28
4.1	SERVIÇOS PRELIMINARES	28
4.1.1	PROTEÇÕES E CADASTRAMENTO	28
4.2	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO	28
4.3	DEMOLIÇÕES	28
4.4	REMOÇÃO DE FORRO	29
4.5	REMOÇÃO DE TELHAS.....	29
4.6	REMOÇÃO DE ESTRUTURA DE MADEIRA PARA COBERTURA	29
4.7	ESTRUTURA METALICA EM TESOURAS	30
4.8	PINTURA ESMALTE ALTO BRILHO, DUAS DEMAS, SOBRE SUPERFICIE METALICA – ESTRUTURA DA COBERTURA.....	32
4.9	TELHAMENTO COM TELHA DE AÇO ESPESSURA = 0,5 MM	32
4.10	CUMEEIRA	34
4.11	RECUPERAÇÃO DE ESTRUTURA METÁLICA EXISTENTE	34
4.12	RUFO EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 24	34
4.13	CALHA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 24.....	34
4.14	FORRO	35
4.15	RECUPERAÇÃO DE PORTÃO	35
4.16	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	36
4.17	PINTURA	44
	PINTURA EM TINTA ACRÍLICA	46
	PINTURA EM TINTA A ÓLEO OU ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO	47
4.18	LIMPEZA CONTINUADA E FINAL DE OBRA.....	47



Ministério da Fazenda – MF
Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF
Divisão de Programação e Logística
Seção de Obras e Serviços de Engenharia

1 APRESENTAÇÃO

Este Projeto Básico foi elaborado em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, a Instrução Normativa 02/2008, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (IN MPOG/SLTI 02/2008), Manual SEAP de Obras Públicas – Projetos, e com a Portaria RFB/SUCOR/COPOL nº 566, de 2011.

Tem como objeto a contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços demolição de cobertura, substituição de cobertura com construção de novo telhado, troca de forro e luminárias e reparos com fornecimento e instalação de materiais, nas instalações físicas do Depósito de Mercadorias Apreendidas da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Ponta Grossa/Pr, sito à Avenida Visconde de Taunay, 1099, Ponta Grossa – Paraná.

Os objetivos deste documento são:

- Elencar os elementos capazes de propiciar uma avaliação clara, concisa e objetiva, pela Administração, do custo e pertinência da contratação.
- Esclarecer às proponentes quanto aos seus direitos e obrigações, e quanto aos serviços a executar. Para tanto, determina diretrizes gerais, definindo critérios de execução, bem como especificações que assegurem os melhores resultados para a iniciativa.

Todas as exigências da Contratante contidas neste Projeto Básico serão consideradas como de conhecimento das proponentes, fixando as normas a serem observadas e definindo as especificações técnicas que orientarão o desenvolvimento dos serviços.

1.1 OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

O presente objeto tem como objetivo substituir a cobertura da área que abriga material de almoxarifado e arquivo no Depósito de Mercadorias Apreendidas da Receita Federal do Brasil em Ponta Grossa/Pr.

1.2 JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO

Um dos Objetivos Estratégicos da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria RFB nº 625, de 17 de maio de 2013, é “adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais”.

No ano de 2021 o Depósito de Mercadorias Apreendidas sofreu danos em sua cobertura em virtude de forte temporal. Na ocasião foi efetuada contratação emergencial para substituição de parte da cobertura do respectivo depósito. Na parte complementar, após a retirada das telhas, foi constatado que as tesouras de suporte do telhado estavam comprometidas, sendo impossível, à época, a substituição por não ser possível fazer Termo Aditivo ao contrato.



Ministério da Fazenda – MF
Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF
Divisão de Programação e Logística
Seção de Obras e Serviços de Engenharia

1.3 PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

O recurso para atender a esta despesa está previsto pelo Plano de Engenharia 2022 constante na Portaria RFB nº 178, de 23 de maio de 2022, em seu anexo III, na iniciativa de número 2020121043.

As despesas decorrentes da execução do Contrato a ser firmado correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

- Unidade Gestora (UG): 170.156 – SRRF09;
- Gestão: 00001 - Tesouro;
- Fonte: 0132251030
- Programa de Trabalho Resumido: 171539
- Natureza da despesa (ND): **4.4.90.51.91 – Obras em andamento**
- Plano Interno (PI): OBS

1.4 OBJETO

Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços demolição de cobertura, substituição de cobertura com construção de novo telhado, troca de forro e luminárias e reparos com fornecimento e instalação de materiais, nas instalações físicas do Depósito de Mercadorias Apreendidas da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Ponta Grossa/Pr, sito à Avenida Visconde de Taunay, 1099, Ponta Grossa – Paraná.

Unidade	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Ponta Grossa/Pr
Local	Av. Visconde de Taunay, 1099 Ponta Grossa - PR
Área envolvida	1.665,26 m ²
Custo total dos Serviços	R\$ 807.897,37
Prazo de execução	240 dias
Regime de execução	Empreitada por preço global
Custo/m²	R\$ 485,15 / m ²

1.4.1 RELAÇÃO DOS SERVIÇOS A EXECUTAR

O escopo da contratação que se pretende e que está descrito no prosseguimento deste Projeto Básico é o seguinte:

- a) Gerenciamento
 - Emissão de ARTs/RRTs



Ministério da Fazenda – MF
Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF
Divisão de Programação e Logística
Seção de Obras e Serviços de Engenharia

- Realização de reuniões ordinárias e extraordinárias
- b) Demolições e retirada
 - Demolições e retiradas diversas
 - Remoção de telhas existentes;
 - Remoção de trama de madeira em estrutura de madeira existente;
 - Desmontagem de estrutura de madeira existente;
- c) Forros, fechamentos e painéis
 - Execução de forros em placas de PVC
- d) Serviços gerais
 - Instalação de nova cobertura com estrutura metálica;
 - Reparo em estrutura metálica existente;
 - Pintura em paredes de alvenaria;
 - Instalação de forro removível;
 - Instalação de calhas;
 - Instalação de rufos;
 - Execução de instalações de elétrica
- e) Limpeza e serviços finais
 - Remoção de entulhos
 - Execução de serviços finais
 - Execução de limpeza

1.5 REGIME DE EXECUÇÃO

A elaboração do Projeto Básico Completo, objeto desta licitação, será contratado sob a forma de Execução Indireta por Empreitada por Preço Global.

1.6 CARACTERIZAÇÃO DO SERVIÇO

Os serviços de execução de reformas e adequações enquadram-se como serviços técnico-profissionais especializados, conforme disposto no inciso I do artigo 13 da Lei nº 8.666/93. Dessa forma, **não se enquadram em serviços comuns.**

1.7 TIPO DE LICITAÇÃO

A licitação será do tipo **Menor Preço Global.**

2 ESPECIFICAÇÕES DE APLICAÇÃO GERAL

2.1 CONCEITUAÇÃO BÁSICA

Para fins deste documento, os termos abaixo têm os seguintes significados:

CONTRATANTE – Órgão que contrata o serviço, neste caso a SRRF09.



Ministério da Fazenda – MF
Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF
Divisão de Programação e Logística
Seção de Obras e Serviços de Engenharia

CONTRATADA – Pessoa jurídica, proponente vencedora do certame licitatório, com a qual será firmado contrato.

SUBCONTRATADA – Empresa ou profissional a quem a CONTRATADA delegue parte dos serviços, com a anuência da CONTRATANTE e até o limite previsto.

FISCALIZAÇÃO – Representantes da Administração, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei Federal 8.666/93 para acompanhar e fiscalizar a execução contratual.

PREPOSTO – é o responsável, aceito pela Administração, por representar a Contratada na execução do contrato, admitindo-se que seja designado para tal um dos integrantes da Equipe Residente.

ORÇAMENTO PARADIGMA – Orçamento de referência, elaborado pela Administração, para o objeto a ser contratado, no caso, o Projeto Básico Completo. Funcionará como parâmetro para fixar os critérios de aceitabilidade das propostas na licitação.

ORDEM DE SERVIÇO – documento utilizado pela Administração para a solicitação, acompanhamento e controle de tarefas relativas à execução contratual.

OBRA DE ENGENHARIA – é a ação de construir, reformar, fabricar, recuperar ou ampliar um bem, na qual seja necessária a utilização de conhecimentos técnicos específicos envolvendo a participação de profissionais habilitados conforme o disposto na Lei 5.194/1966.

SERVIÇO DE ENGENHARIA – é toda atividade que necessite da participação e acompanhamento de profissional habilitado conforme o disposto na Lei 5.194/1966,

ESTUDO PRELIMINAR – Estudo efetuado para assegurar a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental de um empreendimento, a partir dos dados levantados no Programa de Necessidades, bem como de eventuais condicionantes do Contratante.

ANTEPROJETO – representação técnica da opção aprovada no estudo de viabilidade, apresentado em desenhos sumários, em número e escala suficientes para a perfeita compreensão da obra planejada, contemplando especificações técnicas, memorial descritivo e orçamento preliminar.

PROJETO BÁSICO COMPLETO – De acordo com o art 6º, IX, da Lei 8.666/93, é “conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras e serviços objeto da licitação, elaborado com base nos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução”.

PROJETISTA – Profissional qualificado e legalmente habilitado, responsável pela elaboração de projeto(s) integrante(s) do objeto contratado.

DESENHOS TÉCNICOS – representações gráficas do objeto a ser executado, elaboradas de modo a permitir sua visualização em escala adequada, demonstrando formas, dimensões, funcionamento e especificações perfeitamente definidas em plantas, cortes, elevações, esquemas e detalhes, obedecendo às normas técnicas pertinentes, em especial à NBR 6492.



Ministério da Fazenda – MF
Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF
Divisão de Programação e Logística
Seção de Obras e Serviços de Engenharia

MEMORIAL DESCRITIVO – descrição detalhada do objeto projetado, na forma de texto, onde são apresentadas as soluções técnicas adotadas, bem como suas justificativas, necessárias ao pleno entendimento do projeto, complementando as informações contidas nos Desenhos Técnicos.

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA – material no qual se fixam todas as regras e condições que se deve seguir para a execução da obra ou serviço de engenharia, caracterizando individualmente os materiais, equipamentos, elementos componentes, sistemas construtivos a serem aplicados e o modo como serão executados cada um dos serviços apontando, também, os critérios para a sua medição.

MEMORIAL DE CÁLCULO – apresenta os critérios, parâmetros, gráficos, fórmulas, ábacos e “softwares” utilizados na análise e dimensionamento dos sistemas e componentes, deve ser elaborado com base nos conteúdos dos Desenhos Técnicos, Memoriais Descritivos e Especificações Técnicas.

ACESSIBILIDADE – possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA – a que temporária ou permanentemente tem limitada sua capacidade de relacionar-se com o meio e utilizá-lo.

BIM – Building Information Modeling (Modelagem da Informação da Construção) – Conceito de projeto por modelo tridimensional das instalações, aliada à inserção de informações a cada objeto.

2.2 ABREVIATURAS E SIGLAS

Para fins desta especificação, as siglas abaixo têm os seguintes significados:

ME	Ministério da Economia
RFB	Secretaria da Receita Federal do Brasil
SRRF 9ª RF	Superintendência da Receita Federal do Brasil na 9ª Região Fiscal
DIPOL	Divisão de Programação e Logística
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CBPMP	Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná
CREA	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
SEAP	Secretaria de Estado da Administração e do Patrimônio
ART	Anotação de Responsabilidade Técnica emitida pelo CREA
CAT	Certidão de Acervo Técnico emitida pelo CREA
CAU	Conselho de Arquitetura e Urbanismo
RRT	Registro de Responsabilidade Técnica emitido pelo CAU
RAT	Registro de Acervo Técnico emitido pelo CAU



Ministério da Fazenda – MF
Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF
Divisão de Programação e Logística
Seção de Obras e Serviços de Engenharia

SINAPI	Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil
INCC	Índice Nacional de Custo da Construção
BDI	Benefícios e Despesas Indiretas

2.3 COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

As informações recebidas durante o processo licitatório ou de execução do Contrato, deverão ser utilizadas exclusivamente no interesse restrito dos serviços licitados e/ou contratados, ciente que a pessoa física ou jurídica que assina contrato com o Governo Federal para a execução de trabalho sigiloso ou em áreas sigilosas, torna-se responsável, no âmbito das atividades que estiverem sob seu controle, pela segurança de todos os assuntos sigilosos ligados ao desenvolvimento dos trabalhos contratados.

2.4 DIREITOS PATRIMONIAIS

Pertencerão à RFB, sem qualquer ônus adicional, todos os direitos patrimoniais e autorais referentes aos projetos (e demais trabalhos realizados no âmbito do contrato), incluindo os direitos de divulgação em qualquer tipo de mídia, existente ou que venham a existir, garantindo-se, na divulgação, o crédito aos profissionais responsáveis pelos mesmos.

Os profissionais que estiverem designados para elaborar os projetos (e demais trabalhos realizados no âmbito do contrato) deverão autorizar a RFB a fazer quaisquer modificações que se fizerem necessárias, a seu exclusivo critério, nos projetos e demais trabalhos após sua entrega, independentemente de autorização específica de seus autores.

Por ocasião da assinatura do Contrato, a CONTRATADA deverá apresentar Termo de Cessão de Direitos Autorais Patrimoniais, devidamente assinada por cada um dos responsáveis técnicos pela prestação dos serviços.

2.5 DESPESAS

O licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta e a Administração não será responsável, direta ou indiretamente, por seus custos, independente do resultado do procedimento licitatório.

2.6 VISTORIA PRÉVIA/DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO

A participação na presente licitação pressupõe o pleno conhecimento de todas as condições para execução do objeto constantes dos documentos técnicos que integram este Projeto Básico, podendo a licitante, caso entenda necessário, optar pela realização de vistoria.

A vistoria prévia tem a finalidade de fornecer ao proponente o exame, a conferência e a constatação prévia de todos os detalhes e características técnicas do edifício, para que



Ministério da Fazenda – MF
Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF
Divisão de Programação e Logística
Seção de Obras e Serviços de Engenharia

o mesmo tome conhecimento de tudo aquilo que possa, de alguma forma, influir sobre o custo, preparação da proposta e execução do objeto, evitando possíveis inexecuções contratuais.

Todos os elementos descritos neste documento deverão ser minuciosamente estudados pela CONTRATADA, antes e durante a execução dos serviços, devendo informar à FISCALIZAÇÃO sobre qualquer eventual incoerência, falha ou omissão que for constatada.

A vistoria será acompanhada por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 09 (nove) horas às 17 (dezessete) horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (42) 3220-1900/3320-1936.

O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para abertura dos envelopes.

Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para o ato.

Eventuais dúvidas de natureza técnica decorrentes da realização da vistoria deverão ser encaminhadas à Comissão de Licitação, mediante correio eletrônico, no endereço salic.pr@rfb.gov.br.

A realização da visita prévia não se consubstancia em condição para a participação na licitação. No caso de impedimento de realizar a visita técnica, contudo, a **licitante fica obrigada** a preencher e entregar, juntamente com a documentação para habilitação, uma Declaração dando ciência de que tomou conhecimento pleno das informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

A não realização da visita não poderá ser alegada como fundamento para o inadimplemento total ou parcial de obrigações previstas em quaisquer documentos integrantes do instrumento convocatório.

Segue abaixo modelo do documento que deverá ser entregue na licitação em ambos os casos: realização da visita ou não realização.



Ministério da Fazenda – MF
Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF
Divisão de Programação e Logística
Seção de Obras e Serviços de Engenharia

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DAS CONDIÇÕES LOCAIS

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES LOCAIS

Declaro ter pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes ao objeto de que trata o Edital de nº....., inclusive das condições locais.

O edital em pauta trata da contratação de serviços de substituição de cobertura, instalação de forro, instalações elétricas, pintura e reparos gerais, conforme Projeto Básico da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Ponta Grossa/Pr, situada na Avenida Visconde de Taunay, 1099.

Diante do exposto, declaro-me ciente que não caberá qualquer recurso posterior à realização da licitação, baseado em desconhecimento de qualquer fato ou dados da especificação e edificação.

Ponta Grossa-PR, __ de _____ de ____.

Nome e CNPJ da empresa

Assinatura e nº do CREA/CAU do profissional indicado pela empresa

2.7 CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE

2.7.1 HABILITAÇÃO – CONDIÇÕES PARA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A qualificação técnica necessária para habilitação da proponente, se constituirá no atendimento dos requisitos a seguir, visando garantir o cumprimento dos serviços a contratar.

- a) A licitante deverá possuir registro ou inscrição no CREA ou CAU, comprovado por **certidão de registro de pessoa jurídica emitida pelo órgão competente** da jurisdição de origem da empresa, em nome desta.
- b) Comprovação de que tomou conhecimento das informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, por meio da **Declaração de Ciência das Condições Locais**, conforme estabelece o **item 2.6** deste Projeto Básico.
- c) **Indicação do Profissional de Nível Superior**, (vide modelo a seguir), que irá se responsabilizar tecnicamente pela execução dos serviços que integram o presente

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 09ª RF

Rua Marechal Deodoro, nº 555 – 10º Andar

CEP 80020-911, Centro, Curitiba-PR



Ministério da Fazenda – MF
Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF
Divisão de Programação e Logística
Seção de Obras e Serviços de Engenharia

objeto. Neste rol estará o profissional cujos atestados serão computados para fins da capacitação técnica profissional, mencionada na alínea e) abaixo. Deverá ser indicado somente um profissional para responsabilidade técnica.

- d) Apresentar **Certidão de Registro de Pessoa Física** emitida pelo CREA ou CAU, da jurisdição do domicílio do profissional, em nome do Profissional de Nível Superior mencionada na alínea anterior, com habilitação para a execução do objeto para o qual foi indicado como responsável técnico. Esta certidão será dispensada caso o nome do profissional conste como responsável técnico na certidão de registro de pessoa jurídica do licitante.
- e) Comprovar **Capacidade Técnica Profissional**, que é a comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissionais de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentores de Atestado de Responsabilidade Técnica registrado no CREA ou CAU e acompanhado de CAT (CREA) ou RAT (CAU), comprovando terem os profissionais executado, para pessoa jurídica de direito público ou privado, que **não o próprio licitante** (CNPJ diferente) os seguintes serviços:

1	Elaboração de Projeto de Estrutura Metálica	300 m ²
2	Execução de obras de reformas	800 m ²

- f) Comprovar **Capacidade Técnica Operacional**, mediante apresentação de Atestados de Responsabilidade Técnica por item de especialidade, registrados no CREA/CAU e acompanhados de CAT/RAT, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que **não o próprio licitante** (CNPJ diferente), em nome de profissional vinculado à licitante na época da execução do serviço, onde fique comprovada sua experiência anterior conforme quadro abaixo:

1	Execução de obras de reformas	800 m ²
2	Execução de estruturas metálicas	300 m ²

Não será permitido o somatório de atestados por especialidade objetivando alcançar os indicadores definidos no quadro acima. Tal restrição se baseia na baixa complexidade do objeto, entendendo que projetos com quantitativos inferiores aos solicitados no quadro anterior não comprovam experiência mínima necessária à execução do objeto, eliminando a possibilidade de habilitação sem a devida capacitação em projetos de mesmo porte.



Ministério da Fazenda – MF
Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF
Divisão de Programação e Logística
Seção de Obras e Serviços de Engenharia

Os profissionais detentores dos atestados apresentados para habilitação, obrigatória e efetivamente, deverão participar como responsáveis técnicos pela execução dos serviços durante todo o período contratual até o recebimento definitivo.

As certidões de registro no CREA/CAU e Certidões de Acervo Técnico (CAT), emitidas via Internet, somente serão aceitas se houver a possibilidade de confirmação de veracidade pelo mesmo meio (Internet), podendo a Comissão, se julgar necessário, efetuar a confirmação.

Não serão aceitos, em nenhuma hipótese, atestados de capacidade técnica fornecidos pelo próprio licitante.

A comprovação de que o profissional integra o quadro permanente da licitante será feita mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- i. SÓCIO: Cópia do Contrato Social devidamente registrado no órgão competente e sua última alteração;
- ii. DIRETOR: cópia do Contrato Social em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia do estatuto social e da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;
- iii. EMPREGADO: cópia atualizada da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ou Contrato de Trabalho em vigor;
- iv. RESPONSÁVEL TÉCNICO: cópia da Certidão de Registro de Pessoa Jurídica no CREA/CAU onde consta o registro do profissional como Responsável Técnico da empresa;
- v. PROFISSIONAL CONTRATADO: contrato de prestação de serviços regido pela legislação civil.

2.7.1.1 Modelo para indicação dos integrantes do profissional técnico

A indicação de profissional técnico de que trata a alínea c), acima, será efetuada conforme modelo abaixo, contendo nome completo, título profissional, número de registro no CREA ou CAU e natureza da relação profissional com a empresa licitante, a qual deverá ser comprovada pelas formas descritas no item anterior. Deverá ser indicado **somente um** profissional habilitado.

A indicação de equipe técnica deverá ser assinada pelo profissional indicado, comprovando ciência do conteúdo do Edital.



Ministério da Fazenda – MF
 Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF
 Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF
 Divisão de Programação e Logística
 Seção de Obras e Serviços de Engenharia

MODELO - INDICAÇÃO DO PROFISSIONAL TÉCNICO

_____, inscrita no CNPJ nº _____/____-____, sediada em _____ (*endereço completo*), por intermédio de seu representante legal, _____, _____ (*cargo ou função que ocupa na empresa*), portador (a) da Carteira de Identidade nº _____, SSP-____, e do CPF nº _____-____, **DECLARA**, para fins Tomada de Preços nº....., instruída pelo processo nº 10980.723.179/2022-58, sob as penas da lei e das sanções administrativas cabíveis, que o profissional abaixo relacionado integra a Equipe Técnica de Nível Superior desta empresa para a execução do objeto deste edital

NOME COMPLETO	TÍTULO PROFISSIONAL	REGISTRO NO CONSELHO	RESPONSABILIDADE TÉCNICA	RELAÇÃO PROFISSIONAL ⁽¹⁾	ASSINATURA
	Ex: Engenheiro Civil	Ex: CREA nº XXX/XX	Execução de reforma		

_____, ____ de _____ de 2020.

Assinatura do responsável pela empresa

¹ Relação entre o profissional e a empresa, em seu quadro permanente (sócio, diretor, empregado, responsável técnico, profissional contratado)

² Deverá ser indicado somente um profissional responsável para cada um dos serviços elencados acima;

⁴ Outros profissionais poderão atuar na elaboração dos projetos básicos, porém não devem ter seus nomes incluídos nesta tabela.



2.7.2 PROPOSTA DE PREÇOS E SEUS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE

O orçamento de referência para elaboração da proposta de preço das licitantes encontra-se no APÊNDICE A deste Projeto Básico. Os valores apresentados nessas planilhas são a referência da Administração para a contratação que se pretende. A LICITANTE poderá apresentar custos unitários distintos do orçamento de referência, a partir de sua metodologia própria de orçamentação, contanto que atenda os critérios para aceitabilidade de preços, conforme o que consta no Art. 13 do Decreto Federal 7.983/2013, transcrito abaixo:

Art. 13. Em caso de adoção dos regimes de empreitada por preço global e de empreitada integral, deverão ser observadas as seguintes disposições para formação e aceitabilidade dos preços:

I - na formação do preço que constará das propostas dos licitantes, poderão ser utilizados custos unitários diferentes daqueles obtidos a partir dos sistemas de custos de referência previstos neste Decreto, desde que o preço global orçado e o de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro do contrato, observado o art. 9º, fiquem iguais ou abaixo dos preços de referência da administração pública obtidos na forma do Capítulo II, assegurado aos órgãos de controle o acesso irrestrito a essas informações; e

II - deverá constar do edital e do contrato cláusula expressa de concordância do contratado com a adequação do projeto que integrar o edital de licitação e as alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar, no seu conjunto, dez por cento do valor total do contrato, computando-se esse percentual para verificação do limite previsto no [§ 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993](#).

Parágrafo único. Para o atendimento do art. 11, os critérios de aceitabilidade de preços serão definidos em relação aos preços global e de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro do contrato, que deverão constar do edital de licitação.

Isto posto, serão **desclassificadas** as propostas de preço cujo valor global e/ou de cada uma das etapas supere o valor de referência da Administração.

O objeto será executado pelo valor total da proposta da licitante adjudicatária, que incluirá todas as despesas necessárias à sua perfeita e completa realização, incluindo os custos necessários à realização do objeto. A Receita Federal do Brasil não fornecerá à CONTRATADA, materiais, mão-de-obra etc., para a execução dos serviços propostos, os quais correrão inteiramente sob a responsabilidade e ônus da CONTRATADA.

2.8 CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO

A licitante selecionada será aquela que ofertar o menor preço global.



3 PROCEDIMENTOS DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

3.1 NORMAS DE EXECUÇÃO

A execução dos serviços deverá atender, além das disposições contidas neste documento, as Normas e Práticas Complementares relacionadas a seguir, no que couber, independente de transcrição.

- a) O contratado será responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas FEDERAIS, ESTADUAIS e MUNICIPAIS direta ou indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato;
- b) Normas da ABNT relativas ao objeto desta Especificação Técnica;
- c) Normas do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia;
- d) Normas das concessionárias de serviços públicos;
- e) Código de segurança contra incêndio e pânico do estado do Paraná;
- f) Instruções e Resoluções dos órgãos do Sistema CREA-CONFEA e do CAU;
- g) Portaria RFB/SUCOR/COPOL nº 566 de 2011 e suas alterações;
- h) Manual de Normas e Padrões de Infra-Estrutura de Redes da RFB/COTEC, de 2005 e suas atualizações;
- i) Manual de identidade Visual da RFB/ASCOM, versão atualizada em 2017;
- j) Práticas de Projeto, Construção e Manutenção de Edifícios Públicos Federais, estabelecidos pela Decreto 92.100 de 1985, e atualizadas através da Portaria 2.296 de 1997 (Práticas SEAP).
- k) NR 10 - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade
- l) NR 6 – Equipamentos de Proteção Individual (EPI)

Nos casos omissos e suscetíveis de dúvida, a CONTRATADA deverá recorrer à FISCALIZAÇÃO para esclarecimentos ou orientação, sendo as decisões finais sempre comunicadas por escrito.

3.2 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

Este Projeto Básico fará parte integrante do CONTRATO, independentemente de transcrição, devendo a CONTRATADA, no ato da assinatura do CONTRATO, rubricar todas as páginas de um exemplar deste documento, como prova do seu assentimento com o que nele está contido.

Também são obrigações da CONTRATADA:

- Assumir todos os ônus, encargos sociais, trabalhistas, fiscais e previdenciários concernentes à execução de seus serviços;
- Acatar, cumprir e fazer cumprir por parte de seus empregados, as disposições contidas na legislação específica do trabalho;
- Responder, por quaisquer acidentes que possam ser vítimas seus empregados, servidores públicos ou mesmo terceiros quando da prestação dos serviços;



- Entregar o serviço objeto do presente Contrato dentro dos prazos e pelo preço constante em sua proposta e de acordo com as especificações do Edital de licitação;
- Prestar todos os esclarecimentos necessários durante os procedimentos licitatórios de contratação da empresa construtora que executará a obra e durante a execução desta;
- Atender prontamente quaisquer exigências da CONTRATANTE e seus representantes inerentes ao objeto do Contrato;
- Manter, durante a execução do Contrato, as mesmas características e condições de habilitação e qualificação técnica apresentadas durante o processo licitatório, particularmente em relação à manutenção dos profissionais indicados como Responsáveis Técnicos que executarão os serviços, devendo, justificada e previamente, solicitar autorização à Contratante para qualquer alteração que possa afetar o cumprimento deste Contrato;
- Manter permanente contato com a Contratante, através do Preposto, para tratar de assuntos relativos à execução do objeto;
- Efetuar as devidas Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) no CREA ou os Registros de Responsabilidade Técnica (RRT) no CAU, de todos os profissionais envolvidos na execução do objeto deste Contrato;
- Entregar os documentos nos prazos fixados e sempre que o Fiscal do Contrato exigir;
- Elaborar e entregar Relatório de Serviços Executados, ao final de cada fase do Cronograma Físico-Financeiro, contendo todas as atividades desenvolvidas no período sobre fatos relevantes no transcorrer da execução dos serviços;
- Obter todas as licenças, aprovações e franquias necessárias aos serviços que contratar, pagando os emolumentos e as taxas prescritos e obedecendo às leis, aos regulamentos e às posturas referente aos serviços e à segurança pública, sendo obrigatório, também, o cumprimento de quaisquer formalidades e o pagamento, à sua custa, de multas porventura impostas pelas autoridades;
- Efetuar correções, alterações e/ou modificações de projetos, especificações, memoriais e outros que se mostrarem necessários ao melhor desenvolvimento dos serviços ou que sejam do interesse da CONTRATANTE ou, ainda, aquelas decorrentes de atendimento a normas técnicas e legislações;
- Obter a aprovação de todos os projetos nos órgãos competentes e na forma exigida pelas normas legais vigentes;
- Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto contratual, nos limites estabelecidos pela Lei 8.666/93;
- Comunicar, por escrito, à CONTRATANTE quaisquer erros ou incoerências verificadas nas especificações, não sendo a eventual existência de falhas razão para execução incorreta de serviços de qualquer natureza ou não execução dos serviços;
- Executar os ajustes nos serviços concluídos ou em execução determinados pela FISCALIZAÇÃO;
- Ceder à Contratante os direitos patrimoniais referentes aos serviços objetos deste Contrato, conforme determina o Artigo 111 da Lei no 8.666/93.



- Acatar o disposto no art. 7º do Decreto nº 7.203/2010, que estabelece a vedação de que familiar de agente público preste serviços no órgão ou entidade em que este exerça cargo em comissão ou função de confiança.
- **A CONTRATADA se obriga a executar alguns serviços a serem definidos pela FISCALIZAÇÃO fora do horário do expediente, o qual é cumprido das 08:00h às 12:00h e das 13:30h às 17:30h.**
- A CONTRATADA deverá solicitar autorização à Administração/FISCALIZAÇÃO para a entrada dos seus funcionários no local de execução dos serviços, com no mínimo um dia de antecedência do seu início. Na solicitação deverão constar, no mínimo, os nomes dos funcionários, os números dos documentos de identidade, o nome da empresa, o horário e os dias em que serão realizados os serviços. Todos os funcionários da CONTRATADA deverão portar o crachá da empresa no local dos serviços.
- A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, apresentar relação de materiais, ferramentas, máquinas e equipamentos que derem entrada no prédio para a realização dos serviços, ficando a liberação dos mesmos, ao término dos trabalhos, sob a responsabilidade da FISCALIZAÇÃO.
- A entrada de materiais a serem utilizados na execução dos serviços deverá ser autorizada pela Administração Predial do local.
- O local dos serviços deverá ser mantido e entregue diariamente limpo, livre de restos de materiais e outros detritos. A retirada de entulhos resultantes dos serviços será feita pela CONTRATADA, às suas expensas, em conformidade com as exigências da administradora predial, nas formas e horários por esta estabelecidos, e serão conduzidos a local comprovadamente aprovado pela Prefeitura Municipal de Ponta Grossa/Pr.

3.3 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

São obrigações da CONTRATANTE:

- Proporcionar todas as facilidades possíveis para que a Contratada possa desempenhar seus serviços, dentro das normas deste documento;
- Prestar aos representantes da Contratada todas as informações e esclarecimentos possíveis que eventualmente venham a ser solicitados sobre os serviços;
- Acompanhar, avaliar e fiscalizar a execução do Contrato através de representante especialmente designado para essa função;
- Avaliar e aprovar, bem como ordenar, a realização de alterações/modificações de todos os projetos e seus elementos, para atender a interesses da Administração ou de normas técnicas e legislativas;
- Atestar as notas fiscais/faturas e efetuar os pagamentos à Contratada;
- Efetuar o pagamento da última fase após o recebimento provisório dos serviços;
- Aplicar as sanções administrativas contratuais;
- Notificar a Contratada da aceitação definitiva dos serviços, após recebimento definitivo por parte da Comissão de Recebimento dos Serviços;



- Efetuar a devolução da garantia à Contratada após o recebimento definitivo dos serviços;

3.4 PRAZOS

3.4.1 PRAZO DE EXECUÇÃO

A execução contratual se iniciará com emissão da primeira Ordem de Serviço (OS) pela FISCALIZAÇÃO. A OS da primeira fase deverá ser emitida em **até 15 (quinze) dias** consecutivos após a assinatura do Contrato, período para mobilização da Contratada.

O **PRAZO DE EXECUÇÃO** do objeto compreenderá o período necessário à execução do objeto. Este prazo corresponderá ao período máximo de 240 (duzentos e quarenta) dias consecutivos.

Caso ocorram atrasos ou alterações de cronograma em decorrência da análise da Fiscalização ou dos órgãos competentes, o prazo de execução será proporcionalmente estendido.

3.4.2 PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

O **PRAZO DE VIGÊNCIA** do Contrato resultante desta licitação se iniciará na data de assinatura do Contrato e vigorará por 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias consecutivos. Este prazo abrange o período para mobilização da contratada, o prazo de execução dos serviços, o prazo de recebimento dos serviços conforme item 3.14 e o prazo da garantia conforme item 3.6.

3.5 RESPONSABILIDADE TÉCNICA

A **CONTRATADA** deverá apresentar, antes do início dos trabalhos, as ART/RRT referentes à execução dos serviços, em nome do profissional indicado para assumir a responsabilidade técnica. A primeira medição do projeto está vinculada à apresentação das ART/RRT.

Problemas técnicos que porventura apareçam durante a execução do objeto deverão ser solucionados pelo Responsável Técnico da **CONTRATADA**, e submetidos à aprovação da FISCALIZAÇÃO, sempre por escrito.

3.6 GARANTIA DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

A CONTRATADA deverá prestar garantia da execução do objeto contratual através de uma das modalidades de garantia indicadas no Artigo nº 56 da Lei de Licitações e transcritas abaixo, conforme sua opção, no valor de **5% (cinco por cento) do valor global do contrato**.

- i. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de



custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

- ii. Seguro garantia;
- iii. Fiança bancária.

No caso previsto pelo Artigo nº 48 da Lei 8.666/93, se a licitante vencedora do certame apresentar proposta de preço inferior a 80% (oitenta por cento) da média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela administração, será exigida garantia adicional, dentre as modalidades indicadas acima, igual a diferença entre o valor da proposta e a média aritmética descrita acima.

O prazo da garantia deverá se estender até o término da vigência contratual.

3.7 SUBCONTRATAÇÃO

Todos os serviços mencionados neste documento serão executados sob responsabilidade da CONTRATADA, observada a responsabilidade técnica dos profissionais envolvidos em cada atividade. Será admitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 15% (quinze por cento) e exclusivamente para as seguintes parcelas:

- - Serviços de pintura;
- - Fabricação, fornecimento e instalação de estrutura metálica;
- Serviços específicos com forros, calhas e rufos.

A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos legais de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

A empresa CONTRATADA se comprometerá a substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando a CONTRATANTE, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.

3.8 SUBSTITUIÇÃO

A substituição de responsáveis técnicos, cujos Atestados de Capacidade Técnica tenham contribuído para a habilitação da licitante, somente será admitida se o outro possuir acervo técnico equivalente ou superior ao apresentado na licitação para o profissional a ser substituído.



A proposta de substituição de profissional deverá ser feita por escrito, devidamente fundamentada, e incluirá a indicação do novo profissional com a comprovação de seu acervo técnico, acompanhada da baixa da ART/RRT do profissional que está sendo substituído e emissão de nova ART/RRT em nome do profissional que o substituirá. Para a sua efetivação, a proposta de substituição deverá ser apreciada e formalmente aprovada pelo Fiscal do Contrato.

3.9 ACRÉSCIMOS DE DESPESAS

Nenhum serviço ou aquisição que resulte em acréscimo de despesa para a CONTRATANTE poderá ser executado pela CONTRATADA sem autorização por escrito da FISCALIZAÇÃO, a qual deverá respeitar os trâmites legais para tal concessão.

Com base no art. 13 do Decreto 7.983/2013 e a Orientação Técnica IBRAOP nº 004/2012, as alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças deste Projeto Básico, dentro da margem de precisão de 10% (dez por cento) do valor de cada item do orçamento não ensejará aditamentos ao Contrato, computando-se esse percentual para verificação do limite previsto no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

Em conformidade com o acórdão 1.977/2013 – TCU, o presente Projeto Básico objetiva que SOMENTE erros unitários de serviços de materialidade relevante, com variação de quantidades superiores a 10% do quantitativos previstos para o item, SERÃO OBJETO DE REVISÃO E ADITIVO CONTRATUAL, caracterizados como erros acidentais de álea ordinária da Contratada. Consideram-se serviços de materialidade relevante os itens classificados em CURVA ABC de Serviços dentro do intervalo acumulado de 0% à 80% do total da contratação.

3.10 REAJUSTE

Buscando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, estabelece-se que o contrato será reajustado periodicamente a cada doze meses, na hipótese de a execução contratual extrapolar por qualquer razão este período, a contar da data base. O reajuste será aplicado conforme o estabelecido pela Lei Federal nº 8.666/92, Lei Federal nº 10.192/2001, Decreto Federal nº 1.054/1994, e conforme critérios abaixo:

- A data base coincidirá com a data de elaboração do orçamento paradigma. O reajuste será aplicável a partir do mesmo dia e mês do ano seguinte;
- O índice aplicado será o Índice Nacional de Custos da Construção (INCC-DI), calculado e publicado mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), acumulado no período.

3.11 MEDIÇÕES, FATURAS E PAGAMENTOS

A CONTRATADA deverá apresentar, segundo suas metodologias próprias e sua capacidade produtiva, um cronograma físico. Este cronograma deverá respeitar o prazo máximo do projeto definido neste documento e a distribuição coerente dos serviços ao longo do tempo. A não apresentação ou reprovação do CRONOGRAMA sugerido pela



CONTRATADA implicará na utilização do CRONOGRAMA elaborado pela CONTRATANTE para fins de acompanhamento, medição e pagamento do projeto.

Pela natureza peculiar da Empreitada por Preço Global, **as medições serão feitas de acordo com o cumprimento global das ETAPAS que compõem os itens do cronograma** estabelecido, não cabendo, nesta condição, pagamentos com periodicidade regular.

A aceitação do objeto das entregas ficará condicionada a avaliação da qualidade do mesmo, o que se dará através da Fiscalização, a ser exercida por servidor especialmente designado pela Administração e, caso se aplique, por empresa de assessoria à fiscalização eventualmente contratada.

A emissão de faturas pela CONTRATADA será precedida obrigatoriamente de documento formal, definido como **Planilha de Medição**, a ser elaborada pela CONTRATANTE, na qual constarão as atividades executadas e aprovadas sem restrições pela FISCALIZAÇÃO. Acompanhará a Planilha de Medição, o relatório circunstanciado que se faz referência no item 3.13.

A Planilha de Medição será emitida em duas vias assinadas pelo responsável do projeto e pela FISCALIZAÇÃO. Após a emissão da Planilha de Medição assinada, a mesma será entregue pela CONTRATADA juntamente com a nota fiscal e demais documentos, conforme enquadramento fiscal da mesma, para então efetuar-se o pagamento.

A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ indicado na proposta de preço e nos documentos de habilitação, bem como na Nota de Empenho.

O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, mediante Ordem Bancária.

3.12 DIÁRIO DE OBRAS

Caberá à contratada o fornecimento e manutenção de um “DIÁRIO DE OBRAS”, devidamente numerado e rubricado pela fiscalização e pela contratada, que permanecerá disponível para escrituração no local da obra ou serviço.

Serão obrigatoriamente registrados no “DIÁRIO DE OBRAS”, pela contratada:

1. como primeira observação, a data da assinatura do Contrato e da expedição da primeira Ordem de Serviço
2. as condições meteorológicas prejudiciais ao andamento dos trabalhos;
3. as falhas nos serviços de terceiros não sujeitos à sua ingerência;
4. as consultas à fiscalização;
5. as datas de conclusão de etapas caracterizadas, de acordo com o cronograma aprovado;
6. os acidentes ocorridos no decurso dos trabalhos;
7. as respostas às interpelações da fiscalização; e
8. outros fatos que a juízo da contratada, devam ser objeto de registro.
9. Serão registrados no “DIÁRIO DE OBRAS”, pela fiscalização:
10. observações cabíveis a propósito dos lançamentos da contratada no “DIÁRIO DE OBRAS”;



11. observação sobre o andamento da obra ou serviço, tendo em vista os Projetos, Especificações, prazos e cronogramas;
12. soluções às consultas, lançadas ou formuladas pela contratada, com correspondência simultânea para autoridade superior, quando for o caso;
13. restrições que lhe pareçam cabíveis a respeito do andamento dos trabalhos ou do desempenho da contratada, seus prepostos e sua equipe;
14. determinação de providências para o cumprimento do Projeto e Especificações; e
15. outros fatos que, a juízo da fiscalização devam ser objeto de registro.

3.13 FISCALIZAÇÃO

A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada por representante da Administração, designado por portaria, doravante denominado FISCAL DE CONTRATO ou FISCALIZAÇÃO. Quando necessário, a FISCALIZAÇÃO poderá ser assessorada por empresa especializada a ser contratada para esse fim.

Competirá à FISCALIZAÇÃO:

- O controle da execução dos serviços contratados em suas diversas fases;
- Decidir sobre dúvidas surgidas no decorrer do trabalho;
- Expedir por escrito as determinações e comunicações dirigidas à contratada;
- Autorizar as providências necessárias junto a outras Entidades;
- Proceder às medições dos serviços;
- Manter a ADMINISTRAÇÃO informada quanto ao andamento do contrato, dos serviços e das ocorrências que devam ser objeto de apreciação superior.

As exigências da FISCALIZAÇÃO se basearão no Edital do certame e seus anexos, no cronograma e planilhas de custos apresentadas pela CONTRATADA e nas normas a obedecer.

Ao final de cada fase, a FISCALIZAÇÃO examinará os produtos entregues, sua conformidade com o cronograma físico-financeiro e elaborará **relatório circunstanciado** em 2 (duas) vias, uma ao contratado e outra para o processo, em que atestará ou não a conformidade do objeto e com seu cronograma. O relatório deverá conter avaliação acerca da aceitação das etapas entregues, solicitação de esclarecimentos (quando for o caso), proposições de alteração das soluções técnicas apresentadas e demais informações pertinentes à execução do Contrato. Em caso de conformidade, o Fiscal do Contrato informará à Contratada, por intermédio do referido relatório, acompanhado da planilha de medição, a aceitação das etapas e autorizará a emissão dos documentos de cobrança. Caso alguma etapa apresente pequenas imperfeições ou necessidade de alterações, mas não justifiquem a sua rejeição, o Fiscal do Contrato aceitará a etapa e discriminará no relatório as falhas encontradas e as alterações propostas. Entretanto, quando a fase analisada não estiver em conformidade com o Contrato, a FISCALIZAÇÃO rejeitará as respectivas etapas,



discriminando no relatório as irregularidades encontradas e providenciará a imediata comunicação dos fatos à SRRF09 e à CONTRATADA, ficando esta, ciente da obrigação de sanar as irregularidades apontadas e de que estará, conforme o caso, passível das sanções cabíveis. À CONTRATADA caberá sanar todas as irregularidades e imperfeições apontadas e efetuar as alterações solicitadas no relatório, submetendo à aprovação do Fiscal do Contrato as etapas rejeitadas e as que sofreram alterações. As etapas rejeitadas não poderão ser pagas até que sejam regularizadas. O período de análise de cada uma das fases será computado no prazo de execução do contrato.

3.13.1 FORMALIZAÇÕES

As comunicações e o encaminhamento de documentos só se darão por satisfeitos se processados e/ou encaminhados através de instrumentos formais (ofício, carta, fax, e-mail, telegrama ou outra modalidade ideográfica).

3.13.2 REUNIÕES

Para melhor eficiência no acompanhamento dos serviços, deverão ser realizadas reuniões presenciais ordinárias. A primeira delas terá como objetivo a assinatura do Contrato e emissão da ordem de serviço, sendo o marco inicial do prazo de vigência contratual. Será realizada, preferencialmente, na Sede da SRRF09, com os profissionais da CONTRATADA e, representantes da CONTRATANTE.

Outras reuniões extraordinárias, presenciais ou eletrônicas, poderão ser convocadas para esclarecimentos para ambas as partes.

3.14 RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

O objeto será recebido em duas etapas, conforme preconiza a Lei 8.666/93. A primeira etapa será em caráter provisório, pela FISCALIZAÇÃO do contrato, quando da execução total do objeto.

O **Recebimento Provisório** se dará em até 15 (quinze) dias após comunicação escrita da CONTRATADA de conclusão dos serviços e será formalizado por Termo de Recebimento Provisório, emitido em 2 (duas) vias assinadas pelo FISCAL e por representante da CONTRATADA.

Caso seja constatado o não-cumprimento ou o cumprimento irregular de qualquer das condições contratuais, a FISCALIZAÇÃO lavrará relatório circunstanciado dirigido à CONTRATADA, indicando o não recebimento provisório do projeto em função das falhas ou irregularidades constatadas. Momento em que volta a ser contabilizado o prazo de execução. A FISCALIZAÇÃO aguardará nova comunicação formal da CONTRATADA quanto às adequações e término dos serviços.

Após formalizado o recebimento provisório, a CONTRATANTE por meio de servidor ou comissão designada para tal, efetuará o **Recebimento Definitivo**. Será emitido Termo de Recebimento Definitivo após decorrido o prazo de vistoria, em que se comprovará a



adequação do objeto aos termos contratuais. O Recebimento Definitivo atenderá às exigências constantes da legislação pertinente e ainda as indicadas abaixo:

- Será global, isto é, referente a todos os serviços objeto do contrato;
- Será feito, no máximo, 90 (noventa) dias após o recebimento provisório, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados;
- Somente será emitido após terem sido atendidas todas as reclamações da FISCALIZAÇÃO;

O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pelos aspectos técnicos do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato. Dessa forma, caberá aos profissionais envolvidos sanar quaisquer irregularidades ou incompatibilidades detectadas posteriormente.

A Administração rejeitará, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato.

3.15 SANÇÕES E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 quem recusar injustificadamente a assinatura do contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação, fraudar na execução do contrato e cometer fraude fiscal.

A Contratada que cometer qualquer das infrações acima discriminadas ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- i. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante e ao objeto da contratação;
- ii. Multa moratória:
 - a) de 0,02% (dois centésimos por cento) por dia de atraso injustificado no início da execução do contrato, calculada sobre o valor total da contratação;
 - b) de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso na fase de entrega provisória do serviço, calculada sobre o valor do saldo remanescente para o pagamento da última fase do serviço, limitada a 10% do mesmo valor;
 - c) de 0,5 % (cinco décimos por cento) sobre o valor total do Contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição estabelecida como obrigação da Contratada não especificada nas alíneas “a”, “b” e “c” deste inciso, aplicada em dobro na reincidência;
 - d) de 2,0% (dois por cento) sobre o valor do contrato, no caso de não manutenção das condições de habilitação durante toda a execução do contrato;
 - e) em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), aplicar-se-á multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), de modo que o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração contratante a promover a rescisão do contrato;



As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

iii. Multa compensatória:

- a) de 10,0 % (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de rescisão do contrato por ato unilateral da Administração, motivado por culpa da Contratada, não se eximindo a mesma das demais sanções cabíveis;
- b) de 10,0% (dez por cento) sobre o valor total da proposta no caso de injustificada recusa da adjudicatária em firmar o termo de contrato.

Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

iv. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a SRRF09, pelo prazo de até dois anos;

v. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior;

Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

- Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

A aplicação de multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções cabíveis.

As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis

A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, com prazo de defesa prévia de 5 (cinco) dias úteis, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999 e a Portaria RFB nº 3.090, de 2011.

A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, as consequências da infração para a SRRF09, a reincidência do infrator com a Secretaria da Receita Federal do Brasil nos últimos 12 meses contados da celebração do contrato, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.



O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da notificação e será limitada a 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação.

O valor da(s) multa(s) aplicada(s) deverá(ão) ser recolhido(s) em qualquer agência do Banco do Brasil S.A., por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do valor da garantia e, se necessário, do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

Dos atos da Administração decorrentes da aplicação de advertência, multa, suspensão temporária e impedimento de licitar e contratar caberá recurso, interposto no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato, dirigido ao Chefe da DIPOL/SRRF09, e pedido de reconsideração de decisão do Ministro da Economia, no caso de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato.

Os recursos que não preencherem pressupostos recursais não serão conhecidos.

Todas sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF, sendo que as sanções de multa moratória, suspensão temporária, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade também serão publicadas na imprensa oficial e as três últimas penalidades serão registradas no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEI) da Controladoria-Geral da União.



4 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS

4.1 SERVIÇOS PRELIMINARES

4.1.1 PROTEÇÕES E CADASTRAMENTO

Antes de ser iniciado qualquer serviço referente a esta contratação, a **CONTRATADA** deverá fazer a vistoria no local, identificando todas as interferências possíveis.

A **CONTRATADA** deverá providenciar todo tipo de sinalização de alerta e orientação, bem como interditar o acesso de pessoas estranhas à obra, serviços esses que deverão estar inclusos no preço global.

Todas as medidas para sinalização, interdição e isolamento da área, deverão ser submetidas à aprovação da **FISCALIZAÇÃO** e estarem de acordo com as normas internas de segurança.

4.2 PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO

A Contratada deverá confeccionar e fixar placa de obra, de acordo com o Manual de uso da marca do GOVERNO FEDERAL – OBRAS.

A placa terá dimensões mínimas de 3,2 x 1,6 m, e será em chapa plana, metálica, galvanizada.

A placa deverá ser afixada em local visível, em local a ser definido pela Fiscalização.

As informações deverão ser pintadas com tinta esmalte sintético.

Legislações para Placas de Obras:

- Lei nº 5.194, de 24.12.66, que regula o exercício das profissões do Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro Agrônomo e dá outras providências;
- Resolução nº 250, de 16.12.77, do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA) que regula o tipo e uso de placas de identificação de exercício profissional em obras, instalações e serviços de Engenharia, Arquitetura e Agronomia;

Manual de uso da marca do Governo Federal – Obras, que pode ser consultado no endereço: <https://www.gov.br/secom/pt-br/acesso-a-informacao/manuais/manual-de-uso-da-marca-do-governo-federal-obras-2019.pdf>

4.3 DEMOLIÇÕES

Todo o material retirado da obra deverá ser fragmentado em dimensões compatíveis com o emprego do equipamento de carga e transporte e com a conformação do local de bota fora. Os veículos deverão ser carregados de modo a se evitar o derramamento ou espalhamento do entulho proveniente de demolição pelas ruas.



A CONTRATADA fica ciente que todas as responsabilidades oriundas dos serviços de bota-fora, como, por exemplo, as escolhas do local de bota-fora ou danos causados no local de bota-fora são exclusivamente da CONTRATADA, não cabendo à FISCALIZAÇÃO qualquer responsabilidade ou correção de valor contratado para suprir eventuais danos causados por este serviço. O local de bota-fora deverá estar de acordo com as posturas municipais e a legislação ambiental pertinente.

Antes das desmontagens deverão ser analisadas todas as interferências existentes.

Verificar e desligar possíveis fontes de energia elétrica existentes na estrutura a ser demolida.

Isolar a área de trabalho, só permitindo o acesso ao pessoal estritamente necessário à execução dos serviços.

Não será permitido o acesso de pessoas estranhas à execução dos serviços.

Todos os serviços serão executados com o uso de equipamentos de segurança coletivo e individuais.

Utilizar ferramental apropriado e de boa qualidade.

Os serviços deverão ser executados por profissionais capacitados.

As telhas da cobertura do mezanino, compostas por 02 (duas) coberturas de 02 (duas) águas cada, deverão ser retiradas e descartadas conforme indicação da Fiscalização.

4.4 REMOÇÃO DE FORRO

O forro existente no mezanino deverá ser desmontado e descartado, inclusive sua estrutura de sustentação. A Contratada deverá tomar os devidos cuidados para que não ocorra danos nas divisórias existentes já que as mesmas não sofrerão qualquer intervenção.

Por ocasião da sua remoção observar e remover as instalações existentes sobre o mesmo (instalações elétricas, lógica, luminárias, etc.).

Cuidados especiais deverão ser tomados com eventuais instalações ativas de água sobre o forro.

4.5 REMOÇÃO DE TELHAS

Todas as telhas existentes na cobertura do mezanino deverão ser retiradas e descartadas.

4.6 REMOÇÃO DE ESTRUTURA DE MADEIRA PARA COBERTURA

A estrutura de madeira, que serve de suporte para a cobertura existente no mezanino, (tesouras, terças, ripamento, trama de suporte para forro, etc.) deverá ser retirada. A estrutura a ser retirada está indicada na prancha de arquitetura.



Para os serviços de desmontagem da estrutura de madeira observar o descrito no item 3.3.

A Contratada deverá fornecer previamente à Fiscalização, um programa esquemático da demolição onde conste, em ordem cronológica, as fases das demolições.

Não será permitido o lançamento de peças em queda livre.

4.7 ESTRUTURA METALICA EM TESOURAS

Para o transporte e armazenamento, deverão ser tomadas precauções adequadas para evitar amassamento, distorções e deformações das peças causadas por manuseio impróprio durante o embarque e armazenamento da estrutura metálica. Para tanto, as partes da estrutura metálica deverão ser providas de contraventamentos provisórios para o transporte e armazenamento.

As partes estruturais que sofrerem danos deverão ser reparadas antes da montagem, de acordo com a solicitação do responsável pela fiscalização da obra.

Para a execução dos serviços de montagem da estrutura metálica, a Contratada deverá dispor de andaimes metálicos de encaixe.

Os andaimes deverão suportar, com segurança, todas as cargas de utilização, respeitando-se todas as premissas de segurança no trabalho oriundas das Normas Regulamentadoras de Segurança no Trabalho.

Os andaimes deverão ter travamento lateral em ângulo de 45 ° e serão dotados de guarda corpo.

A execução da estrutura metálica, bem como todos os materiais utilizados e acabamentos, como pinturas, deverão ter garantia mínima de 05 anos.

Todas as partes aparentes da estrutura metálica deverão ter pintura especial e tratamento para tal e não poderão possuir rebarbas de soldas.

Todas as soldas deverão ser contínuas e obedecer à AWS (E-6016, E-6018, E-7018), sendo executadas por mão-de-obra especializada de boa qualidade em todas as fases, assegurando assim uma perfeita montagem das estruturas.

Todos os cortes, furações e o dobramento deverão ser executados com precisão, sendo que não serão tolerados rebarbas, trincas e outros defeitos.

Todos os serviços serão executados e acabados, em primeira qualidade, seguindo a melhor, mais moderna e adequada técnica de fabricação e montagem.

Todas as peças deverão ter aspecto estético agradável sem apresentar mordeduras de maçarico ou rebarbas em furos e cortes, não sendo aceitáveis peças que prejudiquem o conjunto.

As peças cortadas com maçarico só serão aceitas se perfeitamente limpas, livres de rebarbas, saliências e reentrâncias.



As peças metálicas devem ser corretamente preparadas para a pintura, estando perfeitamente limpas, isentas de partículas soltas, óleos, graxas, ceras, mofo ou qualquer outro agente contaminante.

A montagem da estrutura metálica deverá se processar de acordo com as indicações contidas no plano de montagem.

O manuseio das partes estruturais durante a montagem deverá ser cuidadoso, de modo a se evitar danos nestas partes; as partes estruturais que sofrerem avarias deverão ser reparadas ou substituídas, de acordo com as solicitações da FISCALIZAÇÃO.

Os serviços de montagem deverão obedecer rigorosamente às medidas lineares e angulares, alinhamentos, prumos e nivelamento.

Deverão ser usados contraventamentos provisórios de montagem em quantidades suficientes sempre que necessário e estes deverão ser mantidos enquanto a segurança da estrutura o exigir.

As conexões provisórias de montagem deverão ser usadas onde necessárias e deverão ser suficientes para resistir aos esforços devidos ao peso próprio da estrutura, esforços de montagem, esforços decorrentes dos pesos e operação dos equipamentos de montagem e, ainda, esforços devidos ao vento.

A estrutura deverá ser montada conforme projeto executivo a ser fornecido pela Contratada.

Para o projeto executivo a Contratada deverá levar em conta o pré-dimensionamento fornecido.

O lay-out das tesouras deverá seguir a inclinação do telhado de madeira existente de modo que não haja necessidade de alteração no oitão.

As terças de suporte das telhas deverão ter comprimento compatível com os dos beirais existentes. O comprimento mínimo dos beirais será de 50 cm.

O projeto executivo deverá detalhar, no mínimo, o que segue:

- a) Sistemas de apoio das terças;
- b) Detalhes de ligação junto as calhas;
- c) Sistemas de apoios das tesouras;
- d) Detalhes das ligações soldadas;
- e) Lista de todos os materiais a serem empregados;
- f) Elaboração de análise técnica verificando o atendimento dos perfis indicados quanto aos estados limites – ELU e ELS;
- g) Indicar as mudanças e/ou reforços necessários para atendimento do descrito no item “f”;



- h) Utilizar uma carga de vento de 45 m/s para a análise descrita no item “f”;
- i) Detalhe da fixação das correntinas e tirantes;
- j) verificar a necessidade de adoção de contraflechas em vigas ou treliças, de forma a respeitar os limites de deformação indicados nas normas;
- k) planta, em escala apropriada, de todas as estruturas do sistema;
- l) cortes e detalhes necessários ao correto entendimento da estrutura;
- m) especificação dos materiais utilizados, características e limites;

4.8 PINTURA ESMALTE ALTO BRILHO, DUAS DEMAOS, SOBRE SUPERFÍCIE METÁLICA – ESTRUTURA DA COBERTURA

A estrutura metálica, descrita em 3.7, deverá receber acabamento a base de pintura.

Toda a superfície a ser pintada deverá estar completamente limpa, isenta de gorduras, umidade, ferrugem, incrustações, produtos químicos diversos, pingos de solda, carepa de laminação, furos, etc...

A preparação da superfície constará basicamente de jateamento abrasivo, de acordo com as melhores Normas Técnicas e obedecendo as seguintes Notas Gerais:

- deverão ser removidas antecipadamente todas as carepas de laminação, pingos de solda, rebarbas, etc...
- depois da preparação adequada da superfície deverá ser aplicado 1 demão de primer, fundo anticorrosivo tipo zarcão, de 40 micras cada demão e posteriormente 2 demãos de esmalte alquídico também com 40 micras de espessura em cada demão.
- Deverão ser respeitados os intervalos entre as demãos conforme a especificação dos fabricantes.

Utilizar, nos eventuais retoques (riscos oriundos do transporte, etc.), o mesmo sistema especificado.

4.9 TELHAMENTO COM TELHA DE AÇO ESPESSURA = 0,5 MM

Toda a cobertura receberá novas telhas, referência Tuper TPR EPS 40, tipo “sanduíche” com poliestireno expandido, ou similar, trapezoidal, com 0,5 mm de espessura cada telha, com largura útil estimada de 980 mm.

As telhas serão do tipo “sanduíche”, com núcleo isolante em EPS, com espessura acabada de 30 mm.

As telhas serão fixadas de acordo com as recomendações do fabricante, sendo, no mínimo, 4 (quatro) fixadores por apoio (telha/terça) e mais 2 (dois) fixadores por metro linear na costura (telha/telha).

Esquema de fixação:



Trapezoidal

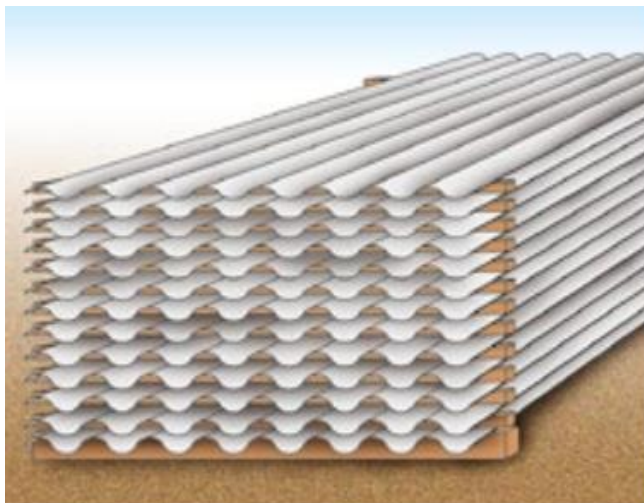


As telhas não poderão ser arrastadas durante o seu manuseio.

As telhas não poderão ser armazenadas úmidas ou ser transportadas com incidência de chuva.

As telhas deverão ser armazenadas em local coberto.

Para o armazenamento das telhas, as mesmas devem ser separadas por sarrafos e empilhadas com altura máxima de 1,20 m.



Na montagem das telhas os operários deverão se apoiar em tábuas, não sendo permitido se apoiar diretamente sobre as telhas.

Não será permitido pisar no topo das ondas das telhas.

Após a instalação das telhas todos os detritos gerados (limalhas, parafuso soltos, etc) serão retirados, por meio de varredura, mantendo-se a cobertura limpa.

A distância máxima entre os parafusos de fixação de costura será de 500mm.





4.10 CUMEEIRA

A cumeeira das coberturas deverão ser executadas com perfis CP – TPR40, da Tuper ou similar.

As recomendações de instalação deverão seguir, no que couber, os descritos no item 3.10.

4.11 RECUPERAÇÃO DE ESTRUTURA METÁLICA EXISTENTE

A estrutura metálica existente na parte externa do depósito deverá ser recuperada.

A recuperação consistirá em lavagem com água utilizando-se equipamento de alta pressão e após aplicação de fundo protetor, tipo zarcão.

Após a aplicação do fundo protetor, efetuar pintura da estrutura com 02 (duas) demãos de esmalte sintético em cor a ser definida pela Fiscalização.

Para as tesouras da estrutura externa, a Contratada deverá fixar chapas de aço, com bitola GSG 24, com 0,64 mm de espessura.

As chapas serão fixadas nas 02 (duas) faces das tesouras por meio de parafusos.

As chapas receberão pintura protetiva com zarcão e após pintura com esmalte sintético na mesma cor da estrutura, em cor a ser definida pela Fiscalização.

4.12 RUFO EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 24

Os rufos deverão ser confeccionados com chapas metálicas galvanizadas nº 24, ligadas por cordão de solda de estanho e rebite.

Deverão ser conformados de modo a se adaptarem perfeitamente às superfícies de fechamento.

A fixação dos rufos deverá ser feita com parafusos (\varnothing 5mm e L>50mm), arruelas metálicas e de borracha, fixados com buchas de expansão (\varnothing 8mm), espaçados no máximo a cada 1,00m, chumbados na alvenaria com argamassa de cimento e areia traço 1:3.

Todos os pontos de fixação deverão, adicionalmente, ser vedados com adesivos à base de silicone e reboco adequado.

Os rufos serão instalados nas platibandas existentes.

4.13 CALHA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 24

As calhas devem ser de aço galvanizado número 24, dobradas com dobradeira mecânica, sendo as seções unidas por rebites e cordão de solda simultaneamente.



Para facilidade de manutenção das coberturas, a seção das calhas deve ter a largura das calhas de concreto existentes, sendo o leito das mesmas limpos antes do seu assentamento.

As calhas serão instaladas em todo o perímetro das calhas de concreto existentes, seguindo todo o seu contorno.

4.14 FORRO

Deverá ser fornecido e instalado forro em PVC modular removível, com modulação padrão de 625 x 625 mm e espessura mínima de 10mm, apoiados em perfis metálicos para forro do tipo "T" ou "L", conforme necessidade. Os pendurais serão rígidos.

Foto genérica de forro em PVC



Os perfis em "L" deverão ser fabricados em aço galvanizado com acabamento em pintura eletrostática a pó com resina epóxi-poliéster na cor branco.

4.15 RECUPERAÇÃO DE PORTÃO

O portão existente deverá ser recuperado com a fixação de chapas de aço na parte interna.

As chapas de aço serão GSG 14, com espessura de 1,95 mm.

As chapas deverão ser pintadas com zarcão e após receberão pintura com esmalte sintético em cor a ser definida pela Fiscalização.

A pintura com esmalte sintético abrange todo o portão (face interna e externa).



4.16 INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

Este projeto abrange as instalações elétricas da edificação em pauta, anteriormente descrita, tratando especificamente da rede elétrica interna os diversos pontos de consumo.

Deverá ser removida toda a infraestrutura do sistema de iluminação do barracão existente (eletrocalhas e eletrodutos, luminárias, lâmpadas, tomadas e outros), e após a execução do telhado as novas instalações poderão ser iniciadas, conforme projeto elétrico em anexo.

As instalações serão aparentes, quando da não existência de forro, com exceção das tubulações que passem pelo piso, conforme especificado nas plantas.

O quadro de disjuntores, poderá ser reaproveitado se houver condições técnicas para tal. Eletrodutos, tomadas e interruptores serão aparentes, sendo utilizados eletrodutos metálicos e caixas tipo condutele (novos) para essas instalações. Luminárias serão de sobrepor e/ou embutidas dependendo da área em que se encontrem – verificar projeto técnico.

As posições corretas dos quadros existentes e a instalar deverão ser confirmadas com a FISCALIZAÇÃO antes da execução dos mesmos, bem como a avaliação conjunta da possibilidade de utilização dos quadros existentes.

Este projeto também contempla a instalação do sistema de iluminação de emergência.

3.16.1 Normas Específicas Básicas

ABNT NBR 5410:2004 “Instalações Elétricas de Baixa Tensão”.

NR-10 do MTE “Norma de Segurança em Instalações e Serviços com Eletricidade do Ministério do Trabalho e Emprego”.

Normas da Companhia Energética da localidade de execução da obra.

Memorial Descrito e Especificações de técnicas

3.16.2 Aterramento das instalações elétricas

O aterramento das instalações elétricas será equipotencializado com a devida conexão entre os barramentos de cobre do BEP e aterramento da rede elétrica.

3.16.3 Quadros de disjuntores

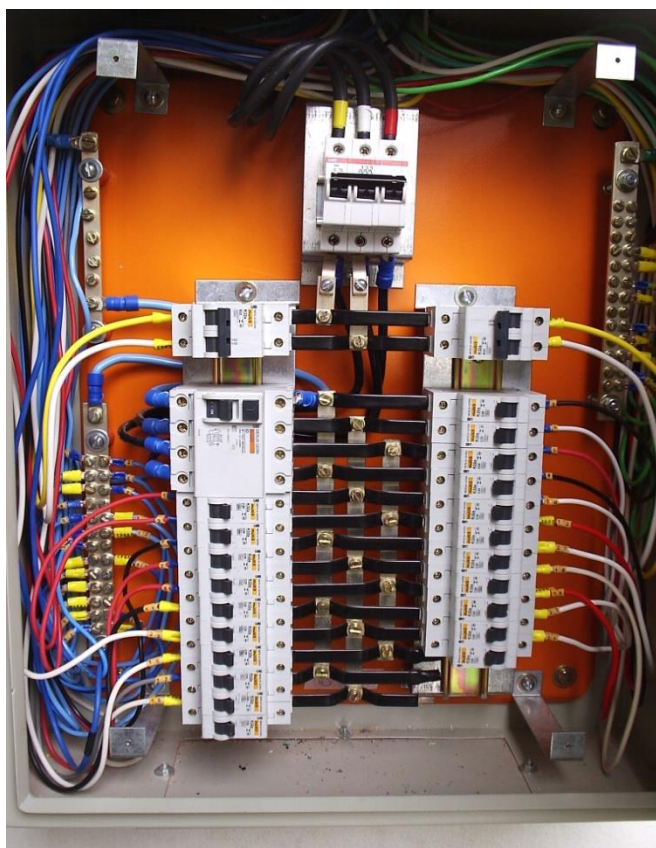
Se necessário deverão ser substituídos sendo, os novos, de sobrepor, metálicos, com capacidade de abrigar os dispositivos de proteção (inclusive espaços-reserva) indicados nos respectivos quadros de cargas e diagramas unifilares anotados em plantas. A face inferior de cada quadro deverá ficar a 1,30m do piso acabado.

Deverão atender aos seguintes requisitos:

- Sobrepor;



- Graus de proteção IP 54;
- Espessura de chapa #16 BWG;
- Tipo do fecho: triangular metálico;
- Dimensões conforme PROJETO ELÉTRICO;
- Tratamento interno e externo c/ pintura epóxi a pó;
- Barramento conforme projeto e isolado por material termo retrátil (termo contrátil);
- Barra de neutro e aterramento separados;
- Espelho de proteção interno em acrílico transparente de no mínimo 2mm de espessura;
- Os recortes do espelho deverão estar de acordo c/ os equipamentos instalados, não permitindo a introdução de objetos ou toque acidental nas partes energizadas;
- Identificação de componentes e circuitos conforme o projeto;
- Utilização de terminais de compressão, conforme as bitolas dos cabos;
- Utilização de anilhas nos cabos com a numeração dos circuitos;
- O quadro deve atender a NR 10;



Vista interna do Quadro de Disjuntores (sem o espelho de acrílico)

3.16.4 Disjuntores de Proteção

Serão instaladas no quadro de distribuição, nas capacidades nominais previstas



no quadro de carga e diagrama unifilar, atendendo aos seguintes requisitos:

- Disjuntor caixa moldada unipolar, bipolar ou tripolar, conforme projeto;
- Corrente nominal a 30°C, conforme projeto elétrico;
- Mecanismo de disparo: termomagnético, curva C;
- Tensão nominal mínima: 250V para disjuntores mono e bipolares e 380V para disjuntores trifásicos;
- Frequência nominal 50/60Hz
- Capacidade de interrupção nominal mínima de 4,5KA;
- Norma DIN (padrão europeu);
- Certificação INMETRO obrigatória.



Disjuntores termomagnéticos norma DIN. Protótipo Comercial: GE ou Siemens

3.16.5 Condutores elétricos com isolação de 0,6/1KV

- Compostos de fios de cobre nú com têmpora mole;
- Encordamento classe 5;
- Flexível;
- Isolação de composto termofixo em dupla camada de borracha HEPR;
- Cobertura em composto termoplástico de PVC Flexível, sem chumbo, resistente a chama;
- Temperatura de 90°C em serviço contínuo, 130°C em sobrecarga e 250°C e, curto-circuito;
- Não propagação e auto extinção de fogo;
- Deve apresentar na parte externa de seu isolamento as seguintes informações: marca, seção nominal e norma da ABNT a que atendem
- Cor preto, devendo a CONTRATADA identificar as extremidades com fita isolante colorida, conforme padrão de cores;
- Em conformidade com a NBR NM 280 e NBR 7286;
- Protótipo comercial: EprotenaxGsette EPR 0,6/1KV, da PRYSMIAN.

3.16.6 Condutores elétricos com isolação de 450/750V

- Compostos de fios de cobre nú com têmpora mole;
- Encordamento classe 5;
- Flexível;



- Isolação dupla com a camada interna e externa em PVC anti-chama e sem chumbo;
- Temperatura de 70°C em serviço contínuo, 100°C em sobrecarga e 160°C e, curto-circuito;
- Não propagação e auto extinção de fogo;
- Deve apresentar na parte externa de seu isolamento as seguintes informações: marca, seção nominal e norma da ABNT a que atendem;
- Cores diversas, conforme especificado no item conforme padrão de cores;;
- Em conformidade com a NBR NM 280, NBR 247-2 e NBR 247-3;
- Protótipo comercial: Superastic Flex Dupla Camada 750V, da PRYSMIAN

3.16.7 Padrão de Cores

Os condutores dos circuitos deverão possuir cores diversas, cujo emprego deverão obedecer as seguintes convenções:

- Azul claro neutro
- Verde/amarelo ou verde.....condutor de proteção (terra)
- Cinza retorno
- Vermelho, branco ou pretofase

3.16.8 Emendas em condutores

- As emendas só poderão ser executadas em locais de fácil acesso e jamais dentro de eletrodutos e canaletas;
- Não será permitida a realização de emendas de cabos dentro de caixas de passagem subterrâneas;
- As emendas para cabos até 10mm² deverão ser soldadas com estanho e isoladas com fita isolante de PVC, com no mínimo duas camadas sobrepostas;
- Nos cabos com isolamento de 0,6/1KV, a fita isolante de PVC deverá ser substituída por fita autafusão;
- O isolamento das emendas e derivações deverá ter características no mínimo equivalentes às dos condutores usados;
- Não será permitida a realização de emendas nos cabos dos alimentadores.

3.16.9 Ligação dos Condutores aos bornes de equipamentos

As ligações dos condutores aos bornes de aparelhos e dispositivos deverão ser feitas de modo a assegurar resistência mecânica adequada e contato elétrico perfeito e permanente, sendo que: os fios de seção igual ou menor que 10 mm² poderão ser ligados diretamente aos bornes, sob pressão de parafuso; e os condutores de seção maior do que as acima especificadas serão ligados por meio de terminais adequados.



3.16.10 *Passagem e instalação dos Condutores*

A instalação dos condutores só poderá ser procedida depois de executados os seguintes serviços:

- limpeza e secagem interna da tubulação, pela passagem de buchas embebidas em verniz isolante ou parafina;
- realização das pavimentações que levem argamassa (cimentados, ladrilhos, tacos, etc.);
- instalação dos telhados ou impermeabilizações de cobertura;
- assentamento de portas, janelas e vedações que impeçam a penetração de chuva; e
- realização dos revestimentos de argamassa ou que levem argamassa.

Os condutores que estiverem sujeitos a solicitações mecânicas acidentais (a critério da FISCALIZAÇÃO) deverão possuir proteções contra esforços longitudinais e transversais.

3.16.11 *Luminárias*

As luminárias deverão atender, naquilo que lhes for aplicável, às normas da ABNT, sendo construídas de forma a apresentar resistência e desempenho adequados e possuir espaço suficiente para permitir as ligações necessárias.

Luminária e lâmpadas obedecerão às especificações abaixo:

Luminária p/ 2 lâmpadas LED tubulares 2x28W, de sobrepor,

- CORPO: Em chapa de aço pintada, cor branca microtexturizada e/ou fosfatizada.
- REFLETOR: De alumínio de alto brilho.
- Corpo com laterais chanfradas.
- Rendimento mínimo 83%
- Lâmpada: Fluorescente Tubular 2X28W, 120cm;
- Instalação: De sobrepor fixada em perfilado, eletrocalha ou laje;
- Antes de efetuar a compra, a CONTRATADA deve enviar um protótipo e/ou catálogo técnico contendo as especificações do modelo escolhido para a aprovação da FISCALIZAÇÃO;
- Todas as luminárias deverão ser instaladas com as respectivas lâmpadas, conforme projeto.
- A luminária para lâmpadas fluorescentes e todos os seus suportes deverão ser aterrados.



Luminária 2x28W. RefLumincenter FCN02-S

- As luminárias de emergência deverão ser fixadas através de suportes adequados e/ou sobre caixas de passagem, nas quais serão plugadas a fim de manter a carga de suas baterias.



Luminária de emergência com LED

3.16.12 Lâmpadas

As lâmpadas devem apresentar, tensão nominal (V), potência nominal (W), o nome do fabricante ou marca registrada, legíveis no bulbo ou na base.

Fluorescentes Tubulares:

- Potência: 28W, 14W;
- Formato tubular, comprimento 1,20m, 0,60m;
- Cor branca (6.000K);
- Bulbos isentos, manchas ou defeitos;
- Referências comerciais: OSRAM, Philips.

3.16.13 Orientações instalação das luminárias

Serão observadas as seguintes recomendações:

Todas as partes de aço serão protegidas contra corrosão, mediante pintura,



esmaltação, zincagem ou outros processos equivalentes;

As partes de vidro dos aparelhos deverão ser montadas de forma a oferecer segurança, com espessura adequada a arestas expostas, lapidadas, de forma a evitar cortes quando manipuladas; e

Toda luminária será presa firmemente no local em que deva ser instalado, prevendo-se meios de fixação ou suspensão condizentes com a natureza do suporte e com o peso e as dimensões do equipamento considerado.

3.16.14 Iluminação de Emergência

As luminárias de emergências a serem devem possuir as seguintes características:

- 30 LEDs com potência total de 2 W
- Fluxo luminoso: 400lm
- autonomia de até 4 horas
- Bivolt automático (127 V / 220 V)
- Botão teste para simular o funcionamento e verificar a bateria
- Referencia: Foxluz código 17.16

3.16.15 Interruptores

Os interruptores deverão atender às seguintes características:

- Tecla fosforescente;
- Corrente/tensão nominal 10A-250V, exceto quando especificado outro valor no PROJETO ELÉTRICO;
- Material termo-plástico auto-extinguível;
- Partes condutoras em liga de cobre;
- Em conformidade com a NBR NM60669-1. Ver Fig. 22.

Os interruptores e tomadas deverão ser perfeitamente adaptáveis aos seus condutores e espelhos, e suas partes metálicas estarão sempre aterradas.

3.16.16 Tomadas de Uso Geral (TUG)

As tomadas de uso geral deverão atender às seguintes características:

- Pinos tipo 2P+T, Padrão Brasileiro;
- Corrente/tensão nominal 10A ou 20A-250V;
- Material termo-plástico auto-extinguível;
- Partes condutoras em liga de cobre;
- Em conformidade com a NBR 14136.



Figura : Tomada tipo 2P+T universal. Protótipo Comercial: PIAL-LEGRAND

3.16.17 *Altura das tomadas e interruptores*

Terão a seguinte altura de instalação, a partir do piso acabado, quando não especificado em planta:

- baixas – 0,30m;
- médias – 1,30m;
- altas – 2,10m.

3.16.18 *Pontos de rede*

Na área dos escritórios deverão ser instalados pontos de lógica conforme indicado no projeto elétrico. Os pontos obedecerão padrão de instalação para categoria 6E, devendo ser certificados para tal categoria ao final.

Os pontos terão derivação a partir do rack existente e deverão, onde possível, seguir a infraestrutura existente, sendo complementada com eletrodutos metálicos onde não existir, até a chegada ao ponto de conexão final.

3.16.19 *Tomadas com conector fêmea RJ-45 CAT 6 (Keystone Jack)*

A tomada RJ 45 deverá ser composta por um condutele de PVC cinza, com tampa com um furo central onde deve ser instalado o conector.

Deverão ser utilizados conectores RJ 45, que atendam aos requisitos a seguir:

- Exceder os limites estabelecidos nas normas para CAT.6 / Classe E;
- Desempenho garantido para até 4 conexões em canais de 100 metros;
- Corpo em termoplástico de alto impacto não propagante à chama (UL 94 V-0);
- Vias de contato produzidas em bronze fosforoso com camadas de 2,54 m de níquel e 1,27 m de ouro;
- Montado em placa de circuito impresso dupla face;
- Possibilidade de fixação de ícones de identificação;
- Terminais de conexão em bronze fosforoso estanhado, padrão 110 IDC, para condutores de 22 a 26 AWG;
- Capa traseira já fornecida com o conector;



- Disponível em pinagem T568A/B;
- Fornecido nas cores;
- Compatível com todos os patch panels descarregados, espelhos e tomadas;
- Normas aplicáveis: EIA/TIA 568 C.2 e seus adendos, ISO/IEC 11801, NBR 14565, FCC parte 68;
- A crimpagem da tomada e do patch panel obedecerá ao padrão de pinagem 568A; e
- Protótipo comercial: Furukawa Conector Gigalan U/UTP.

3.16.20 *Certificação do cabeamento estruturado*

O cabeamento estruturado deverá ser certificado na categoria 6, conforme a norma internacional EIA/TIA 568-A e fornecido um relatório impresso para cada tomada, onde deverá constar, no mínimo, o resultado e análise dos seguintes testes:

- Mapa de fios (Wiremap);
- Resistência elétrica;
- Comprimento do cabo;
- Atraso de propagação;
- Atenuação;
- Perda de retorno;
- NEXT (Near-End Crosstalk);
- ELFEXT;
- PSNEXT (Power Sum NEXT);
- PSELFEXT (Power Sum ELFEXT);
- ACR (Attenuation-to-Crosstalk Ratio).

Os pontos que não atenderem a norma deverão ser corrigidos.

4.17 PINTURA

CONSIDERAÇÕES GERAIS PARA PINTURAS

A pintura é composta de fundos, massas, tintas e vernizes de acabamento.

Os fundos têm como função, ligar o substrato às tintas ("primer") para selar as superfícies, proporcionando economia no consumo das tintas.

As massas servem para tornar as superfícies mais lisas e homogêneas.

Conforme as normas da ABNT e as prescrições do fabricante da tinta, o processo de pintura deverá realizar-se através das seguintes etapas:



PREPARAÇÃO DA SUPERFÍCIE

Prepara-se a superfície (alvenaria, reboco ou concreto), tornando-a limpa, seca, lisa, isenta de graxas, óleos, poeiras, ceras, resinas, sais solúveis e ferrugem, corrigindo-se a porosidade, quando exagerada.

EMASSAMENTO

As superfícies de acabamento - paredes, tetos e forros- receberão acabamento em massa base látex PVA ou acrílica (conforme especificação do projeto arquitetônico), que deverão ser lixadas, além de verificado o perfeito nivelamento das superfícies antes da aplicação da tinta.

TESTE DE COLORAÇÃO

Antes da realização da pintura/ aplicação da textura é obrigatória a realização de um teste de coloração, utilizando a base a cor selecionada pelo CONTRATANTE. Esse teste deverá ser realizado quantas vezes forem necessárias até a aprovação da coloração pelos responsáveis técnicos pelo projeto arquitetônico.

Deverá ser preparada uma amostra de cores com as dimensões mínimas de 0,50x1,00m no próprio local a que se destina, para aprovação da FISCALIZAÇÃO.

Deverão ser usadas as tintas já preparadas em fábricas, não sendo permitidas composições, salvo se especificadas pelo projeto ou FISCALIZAÇÃO. As tintas aplicadas serão diluídas conforme orientação do fabricante e aplicadas na proporção recomendada. As camadas serão uniformes, sem corrimento, falhas ou marcas de pincéis.

APLICAÇÃO DA TINTA DE ACABAMENTO

Para a execução de qualquer tipo de pintura, deverão ser observadas as seguintes diretrizes gerais

- As superfícies a serem pintadas serão cuidadosamente limpas, escovadas e raspadas, de modo a remover sujeiras, poeiras e outras substâncias estranhas;
- As superfícies a pintar serão protegidas quando perfeitamente secas e lixadas;
- Cada demão de tinta somente será aplicada quando a precedente estiver perfeitamente seca, devendo-se observar um intervalo de 24 horas entre demãos sucessivas;
- Igual cuidado deverá ser tomado entre demãos de tinta e de massa plástica, observando um intervalo mínimo de 48 horas após cada demão de massa;
- Deverão ser adotadas precauções especiais, a fim de evitar respingos de tinta em superfícies não destinadas à pintura, como vidros, ferragens de esquadrias e outras.

Recomendam-se as seguintes cautelas para proteção de superfícies e peças:

- Isolamento com tiras de papel, pano ou outros materiais;
- Separação com tapumes de madeira, chapas de fibras de madeira comprimidas ou outros materiais;



-Remoção de salpicos, enquanto a tinta estiver fresca, empregando-se um removedor adequado, sempre que necessário.

Os recipientes utilizados no armazenamento, mistura e aplicação das tintas deverão estar limpos e livres de quaisquer materiais estranhos ou resíduos. Todas as tintas serão rigorosamente misturadas dentro das latas e periodicamente mexidas com uma espátula limpa, antes e durante a aplicação, a fim de obter uma mistura densa e uniforme e evitar a sedimentação dos pigmentos e componentes mais densos.

Para pinturas internas de recintos fechados, serão usadas máscaras, salvo se forem empregados materiais não tóxicos. Além disso, deverá haver ventilação forçada no recinto. Os trabalhos de pintura em locais desabrigados serão suspensos em tempos de chuva ou de excessiva umidade.

Materiais

Todos os materiais deverão ser recebidos em seus recipientes originais, contendo as indicações do fabricante, identificação da tinta, numeração da fórmula e com seus rótulos intactos. A área para o armazenamento será ventilada e vedada para garantir um bom desempenho dos materiais, bem como prevenir incêndios ou explosões provocadas por armazenagem inadequada. Esta área será mantida limpa, sem resíduos sólidos, que serão removidos ao término de cada dia de trabalho.

De modo geral, os materiais básicos que poderão ser utilizados nos serviços de pintura são:

- Corantes, naturais ou superficiais;
- Dissolventes;
- Diluentes, para dar fluidez;
- Aderentes, propriedades de aglomerantes e veículos dos corantes;
- Cargas, para dar corpo e aumentar o peso;
- Plastificante, para dar elasticidade;
- Secante, com o objetivo de endurecer e secar a tinta.

PINTURA EM TINTA ACRÍLICA

Características Técnicas

Todas as paredes a serem pintadas deverão receber, no mínimo, duas demãos fartas de pintura 100% acrílica na cor especificada.

A aplicação da tinta deverá seguir o padrão estipulado pelo fabricante, respeitando os respectivos intervalos mínimos entre as demãos.

Referência 01: Tinta Suvinil Acrílico Premium Toque de Seda.

Referência 02: Tinta Coral Decora Acabamento Acetinado.

Referência 03: Tinta Aquacryl Acrílica Premium Sherwin Willians.



* ANTES DA APLICAÇÃO DA PINTURA DEVEM SER VERIFICADAS TODAS AS ETAPAS E PROCEDIMENTOS CITADOS NO ITEM **Erro! Fonte de referência não encontrada.**

Processo Executivo para Superfícies Rebocadas (com Massa Corrida/Acrílica)

Em todas as superfícies rebocadas, deverão ser verificadas eventuais trincas ou outras imperfeições visíveis, aplicando-se enchimento de massa corrida em superfícies internas e acrílica em superfícies externas e sujeitas à ação da umidade, conforme o caso, e lixando-se levemente as áreas que não se encontrem bem niveladas e aprumadas. As superfícies deverão estar perfeitamente secas, sem gordura, lixadas e seladas para receber o acabamento.

PINTURA EM TINTA A ÓLEO OU ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO

Características Técnicas

Antes de pintar a superfície metálica, ela deverá ser limpa removendo toda a oleosidade característica com um pano umedecido com diluente recomendado (Thinner). Recomenda-se lixar a superfície com lixa grana 320 e limpar novamente. Logo será aplicado fundo antioxidante. O tempo de secagem ao toque deverá ser de 2 a 4 horas, e o tempo de secagem final de 24 horas. O acabamento deverá ser executado sobre a base antioxidante, aplicando no mínimo duas demãos fartas de:

Referência 01: Fundo para Galvanizados Suvinil.

Referência 02: Fundo para Galvanizado Branco Coral.

Referência 03: Metalatex Eco Fundo Antiferrugem Sherwin-Williams.

Referência 01: Esmalte Sintético Acetinado Suvinil.

Referência 02: Coralar Esmalte Sintético, acabamento acetinado.

Referência 03: Metalatex Esmalte Sintético Sherwin-Williams, acabamento acetinado.

* Antes da aplicação da pintura devem ser verificadas todas as etapas e procedimentos citados no Item **Erro! Fonte de referência não encontrada.**

4.18 LIMPEZA CONTINUADA E FINAL DE OBRA

O local da obra deverá ser mantido limpo, sendo feita limpeza diária e bota-fora semanal. Todo o entulho deverá ser removido do local, pela CONTRATADA, às suas expensas.

Após a realização de todos os testes nas instalações e o aceite das normas por parte da FISCALIZAÇÃO, a CONTRATADA deverá efetuar a limpeza de todas as instalações utilizadas, removendo todo resto de material, entulho, poeira, sujeiras impregnadas no piso, paredes, tetos e vidros. A limpeza final deverá ser executada com materiais e



equipamentos específicos para o tipo de acabamento a que se destina, não sendo admitido qualquer dano causado nas instalações e acabamentos.

O local será entregue em perfeito estado de limpeza e conservação. Deverão apresentar funcionamento perfeito todas as suas instalações, equipamentos e aparelhos.



Ministério da Economia

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Economia garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

A página de autenticação não faz parte dos documentos do processo, possuindo assim uma numeração independente.

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado ao processo em 29/06/2022 14:37:37 por Jose Waldiney dos Santos.

Documento assinado digitalmente em 29/06/2022 14:37:37 por JOSE WALDINEY DOS SANTOS e Documento assinado digitalmente em 29/06/2022 10:59:24 por GUSTAVO LUIS HORN.

Esta cópia / impressão foi realizada por SIGRID HAGER STRAMBI em 20/10/2022.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

1) Acesse o endereço:

<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>

2) Entre no menu "Legislação e Processo".

3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".

4) Digite o código abaixo:

EP20.1022.10525.ANXM

5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:

686BA93608823E425DFFD1F7D607C573D5445906EB4F7BA4E0978D8F3832120E